


REFLEXÕES SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE SUSTENTABILIDADE, DESENVOLVIMENTO E COLONIALIDADE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-277>

Data de submissão: 27/03/2025

Data de publicação: 27/04/2025

Paulo Everton Mota Simões

Doutor em Administração (Universidade Federal da Bahia)
Professor Adjunto na Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
E-mail: pauloeverton@gmail.com

Clarissa Almeida de Santana

Doutoranda em Sociologia (Universidade de Lisboa)
Professora na Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
E-mail: clasantana19@gmail.com

Karine Conceição de Oliveira

Doutora em Estudos Étnicos e Africanos
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
E-mail: karineoliver@yahoo.com.br

Daniel de Jesus Pereira

Doutor em Administração e Contabilidade (Fucape Business School)
Professor do Instituto Federal de Alagoas
E-mail: daniel.pereira@ifal.edu.br

RESUMO

Este ensaio discute a sustentabilidade, partindo do ideário de desenvolvimento difundido pelo norte global, desde o pós Segunda Guerra Mundial, tendo em vista sua inscrição na matriz colonial de poder, que se formou ainda no século XVI, com a invasão, pelos europeus, de territórios do sul global. O objetivo é refletir sobre as relações entre sustentabilidade, desenvolvimento e colonialidade. Discursivamente, as empresas apresentam-se como aptas em assegurar a realização de um desenvolvimento sustentável, responsável por conciliar a geração de lucro e a manutenção das condições de vida no planeta. A discussão teórica abarca a análise de sistema-mundo, teoria decolonial e pensamento do sul global, por intermédio de uma metodologia hipotético-dedutiva com revisão de literatura. Conclui-se que a sustentabilidade é forjada a partir do modo histórico moderno-colonial europeu, que se considera global e formatada para atender às necessidades de um capitalismo ansioso por se manter vivo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável. Colonialidade. Sustentabilidade. Pensamento decolonial.

1 INTRODUÇÃO

A noção de desenvolvimento vigorou soberana como programa geopolítico da nova ordem pós Segunda Guerra Mundial (SGM) para, já no século XXI, revelar-se uma convenção que passou de inovação histórica à frustração generalizada (Sachs, 2019). Segundo Arocena (2002), até a década de 1970, não se falava em desenvolvimento das nações industrializadas, uma vez que estas já eram vistas como desenvolvidas. Nesse sentido, com o fim da SGM e a necessidade de recuperação das estruturas dos países europeus, falava-se em reconstrução do primeiro mundo e desenvolvimento do terceiro, pois se entendia que a SGM havia apenas causado danos aos países desenvolvidos, interrompendo, temporariamente, seus fluxos contínuos de desenvolvimento, enquanto o terceiro mundo ainda precisava se desenvolver, seguindo os passos das nações já desenvolvidas. Esse entendimento reforçava a ideia de desenvolvimento como um evolucionismo social, ou seja, como um caminho predeterminado a se chegar, o qual as nações subdesenvolvidas deveriam seguir (Milani, 2004; Moura et al., 2002).

Logo após a SGM, o presidente estadunidense Harry Truman convocou os países pobres a seguirem a trajetória dos Estados Unidos da América (EUA) e das demais nações ricas, oferecendo conhecimento científico e tecnológico para livrá-los do atraso, da pobreza e da ignorância (Truman, 1949). Assim, foi inventada a noção de subdesenvolvimento, categoria chave para manter a colonialidade do poder (Quijano, 2005), lançando metade da população do planeta daquela época à condição de subdesenvolvimento (Sachs, 2019). Naquele contexto, dois bilhões de pessoas foram homogeneizadas e rotuladas como subdesenvolvidas, por um polo dominante de poder, fazendo emergir uma distinção colonial (Porto-Gonçalves, 2015) no âmbito da modernidade/colonialidade (Maldonado-Torres, 2020). Importa salientar que um efeito de sentido do ideário do desenvolvimento foi produzido para significar a promessa de como poderia ser a vida sob um império estadunidense supostamente benfazejo, encobrindo o sentido latente de anticomunismo - estratégia viva até os dias de hoje (Esteva; Babones; Babicicky, 2013).

Globalmente, a questão ambiental foi pautada entre o final da década de 1960 e o início dos anos 1970 e teve como marcos fundantes a publicação do livro *The limits to growth* e a realização da conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente humano, com objetivo de conciliar desenvolvimento econômico, ecologia e justiça social (Nobre; Amazonas, 2002; Pott; Estrela, 2017). O ritmo de produtividade voltada ao crescimento econômico, sem considerar a qualidade ambiental e a saúde humana, juntamente com as consequências da expansão demográfica, eclodiram como questionamentos aos limites do crescimento. A incompatibilidade entre crescimento econômico e preservação da biosfera, mais tarde, foi equacionada discursivamente a partir da invenção

do Desenvolvimento Sustentável (DS) no final da década de 1980.

Apesar da questão ambiental ter se tornado um debate cada vez mais intenso, é preciso ressaltar que há um pensamento ecológico dominante. Ocorre que o discurso de sustentabilidade segue alinhado à perspectiva dominante, uma vez que o conteúdo do modelo de desenvolvimento segue “naturalizado” nas perspectivas de o que, como e para quem se produz. O que se percebe é que estão em curso estratégias de cunho neoliberal para lidar com o impasse ecológico, passando ao largo das desigualdades sociais. O foco permanece na adaptação tecnológica, na celebração da economia de mercado e na colaboração/consenso, o que implica manter o mercado como mecanismo fundamental para regulação da questão ambiental (Acseirad, Mello & Bezerra, 2009).

O conceito de desenvolvimento e sua aplicabilidade, desde o seu nascedouro, reforçaram o antropocentrismo e a colonialidade do poder, além da perspectiva utilitarista de dominação da Natureza coisificada e exterior ao ser humano, reforçando o sentido do desenvolvimento como consequência da utilização da ciência e da tecnologia a favor do crescimento econômico (Porto-Gonçalves, 2015). Nas duas primeiras décadas do século XXI, o enfrentamento à problemática ambiental deu-se em marcha lenta apesar dos avanços retóricos após a Rio-92 (Pott; Estrela, 2017). Atualmente, dois terços da humanidade permanecem ameaçados pelo subdesenvolvimento e suas conotações: subordinação, discriminação e subjugação (Esteve; Babones; Babicky, 2013).

Da sobrevalorização do progresso tecnológico e econômico do período pós-SGM, a discussão acerca do desenvolvimento retornou ao impasse entre progredir ou sobreviver. O cenário global está ausente de referências concretas da existência de algum país sustentavelmente desenvolvido, além do evidente aumento das desigualdades e danos ambientais irreversíveis, devido ao aprofundamento da lógica do norte global, a partir da década de 1980, que impõe a exploração da Natureza e conduz à insustentabilidade da vida humana (Sachs, 2019).

Nesse contexto, o objetivo é refletir sobre as relações entre sustentabilidade, desenvolvimento e colonialidade. Assim, argumenta-se que a ideia de sustentabilidade também é uma transfiguração desse conceito de DS, que se tornou funcional à competitividade no capitalismo (Simões, 2019). Parte-se do pressuposto de que é preciso haver uma análise crítica de tal fenômeno a partir de pensadores do sul global, uma vez que a construção da ideia de desenvolvimento, concebida a partir da matriz colonial de poder (MCP) (Mignolo, 2017), se deu a serviço do processo de acumulação capitalista. O padrão de poder mundial é colonial/moderno, capitalista e eurocentrado (Quijano, 2005).

Os termos sustentabilidade e DS são marcados pela polissemia, uma vez que seu discurso é atravessado por distintas formações discursivas. Se faz necessária uma aproximação às condições de produção (Pêcheux, 2016) de um discurso, cujo momento histórico remonta ao período imediatamente

posterior à SGM. Neste ensaio expõe-se a sustentabilidade como um conhecimento produzido sob a perspectiva da colonialidade, uma vez que os principais nomes e organizações que produziram e reproduziram seu discurso o fizeram reproduzindo relações coloniais de dominação, a partir do norte global como referência e lugar de comando. O norte pensa e produz o conhecimento destinado a ser aceito e assimilado pelo restante do planeta.

Nesse contexto, os questionamentos fundamentais que orientam este ensaio são: o que é a sustentabilidade e como ela foi apropriada pelas empresas? Como a colonialidade pode ser percebida na construção do ideário do desenvolvimento sustentável e sua transfiguração em sustentabilidade? Quais as consequências da colonialidade no discurso sobre sustentabilidade? Na próxima seção lança-se mão de uma retrospectiva ao ideário do desenvolvimento para demonstrar como dele deriva a ideia de sustentabilidade, enquanto transfiguração do desenvolvimento sustentável. Serão apresentadas críticas à tal compreensão do desenvolvimento a partir de pensadores da periferia do capitalismo, destacadamente autores decoloniais. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

2 A COLONIALIDADE DO DESENVOLVIMENTO (IN)SUSTENTÁVEL

O projeto civilizatório nomeado como modernidade/colonialidade se concretiza de forma violenta desde a expansão colonial conduzida pela Europa a partir do século XV, com a conquista de territórios africanos e americanos, reproduzindo uma relação de imposição do poder do Ocidente sobre o restante do planeta, tendo como um dos eixos hierárquicos de dominação o capitalismo histórico (Grosfoguel, 2020). A colonialidade constitui a modernidade (Mignolo, 2017) e implica uma dependência histórica e estrutural, além de promover a hegemonia de uma perspectiva de conhecimento eurocêntrica (Quijano, 1999), e ainda como aponta Lugones (2008), a colonialidade não se limita à dominação econômica, mas também à racialização e generificação dos corpos e territórios. O processo de colonização pelos Estados imperiais europeus se deu por meio da exploração do trabalho e expropriação de terras das populações nativas, dissimulados sob a bandeira de missão cristã, valendo-se da escravização, comércio e tráfico de seres humanos em um ambiente de luta entre tais Estados, vitimando, principalmente, os sujeitos coloniais indígenas e africanos (Mignolo, 2017).

A sustentabilidade vem sendo forjada no contexto da discursividade do desenvolvimento capitalista (Simões, 2019), portanto, opera dentro da lógica da colonialidade que lhe é fundante, uma vez que o desenvolvimento é uma das etapas de representação da matriz colonial de poder (estrutura fundante e lógica administrativa que subjaz à totalidade da civilização ocidental) na retórica da modernidade (Mignolo, 2017), reproduzindo a hierarquia entre conhecimentos 'válidos' (eurocêtricos) e 'subalternos' (tradicionais), reforçando a exploração tanto da natureza quanto das

comunidades que a preservam. Nesse sentido, a sustentabilidade é um discurso colonial que se materializa em normativas, instrumentos e práticas cuja concepção e a gestão se dão globalmente, no seio de organizações internacionais lideradas por Estados-nações do norte global. Aqui, norte e sul são denominações econômicas e políticas, estando para além da dimensão geográfica.

O norte é representado pelos países centrais na dinâmica do capitalismo, historicamente responsáveis não só pela degradação ambiental, consequente de seus processos de industrialização e pujança econômica, quanto por inventar o desenvolvimento sustentável, um conceito funcional à manutenção das desigualdades e privilégios do centro sobre a periferia do capitalismo. O norte segue determinando a forma de participação da periferia no âmbito do seu construto de sustentabilidade, tanto que grande parte da literatura sobre desenvolvimento segue idealizando os modelos europeu e estadunidense (Esteve; Babones; Babicky, 2013). Há um mito do desenvolvimento (Furtado, 1974), constituído no âmbito de um pensamento de colonialidade global (Grosfoguel, 2008) que há muito vem dando sinais de ser uma ideia frustrada (Sachs, 2019). Tal ideia é mais uma quimera coletiva do que realidade dos fatos e resultou, fundamentalmente, no fortalecimento das relações de mercado.

A construção euro-estadunidense do ideário do desenvolvimento faz dele um pensamento de colonialidade que difunde uma concepção do que é sustentável a partir da premissa de que existe compatibilidade entre desenvolvimento econômico e tecnológico e sustentabilidade. A função de tal discurso é evitar uma possível diminuição ou retrocesso na forma como se opera para obter crescimento econômico e acumulação incessante e insaciável de capital. Tal lógica serve à perpetuação e à reprodução do sistema-mundo moderno/colonial (Grosfoguel, 2020).

Alguns acontecimentos na esfera internacional forneceram materialidade para moldar a discursividade do desenvolvimento sustentável. Para remontar a tais acontecimentos lança-se mão de uma categoria do dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD): as condições de produção de um discurso. Estas estão relacionadas ao sujeito, à memória discursiva e à situação e são consideradas em dois âmbitos: o primeiro no sentido estrito, imediato; o segundo em seu sentido amplo, extenso (Orlandi, 2015).

O sentido estrito diz respeito às relações de produção, ao momento e à carga sócio-histórico-ideológica (Florêncio et al., 2016). Para a discussão neste ensaio a dimensão ampla é mais apropriada, uma vez que a memória é a instância que possibilita a constituição dos sentidos e, considerando-se o caminho de análise a partir da dimensão ampla das condições de produção volta-se à exterioridade: historicidade e memória discursiva. Assim, é necessário recorrer à memória, uma vez que ela é determinante de tudo aquilo que é relevante para o processo de significação (Orlandi, 1998).

O sujeito intelectual, do norte global, ocupa um lugar social de destaque dentre os primeiros porta-vozes de uma discursividade que fez ecoar dizeres e produziu efeitos de sentidos rumo ao que, somente em 1992, alcançaria todo o globo sob a designação de desenvolvimento sustentável. Em 1962, Rachel Carson publicou o livro *Primavera Silenciosa* e, em 1972, foi publicada a obra *Os Limites do Crescimento*. Este último, conhecido por relatório Meadows, foi uma encomenda do Clube de Roma ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) e pôs em tela os limites físicos do crescimento econômico. Seus autores foram: Donella Meadows, Dennis Meadows, Jørgen Randers e William Behrens.

Organizações internacionais, sejam da sociedade civil em defesa do meio ambiente, como Amigos da Terra Internacional (1969) e o Greenpeace (1971), sejam aquelas vinculadas às Nações Unidas, contribuíram na produção da discursividade do desenvolvimento sustentável. Em 1968, a Conferência da UNESCO tratou do uso racional da biosfera; em 1971, criou-se o programa o Homem e a Biosfera, também na UNESCO; e, em 1972, houve a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a Conferência sobre Meio Ambiente Humano na Suécia. Essa conferência introduziu o debate sobre meio ambiente na agenda global e propôs a redução do ritmo de crescimento econômico (Oliveira, 2008).

Em 1975, o relatório de Daghammarskjold, também conhecido por relatório *Que Faire*, apontou o desenvolvimento desenfreado como uma razão da degradação ambiental e sugeriu o controle, por parte dos produtores, sobre os meios e a forma de produção (Moreira, 2010). A década de 1970, principalmente a partir da Conferência de Estocolmo, marcou a exportação da degradação ambiental do norte para o sul global. Com severas legislações ambientais no centro do capitalismo, as indústrias poluidoras obsoletas, intensivas na utilização de eletricidade e geradoras de produtos tóxicos começaram a migrar para países da periferia dispostos a recebê-las. No final da década, os países ricos estavam mais “limpos”, devido à sua legislação ambiental, ocasionando a exportação de suas indústrias poluidoras aos países do sul – gerando nestes mais degradação ambiental e pobreza (Capobianco, 1992).

Para Guerreiro Ramos (1981), pensador crítico de elevada profundidade e reconhecimento (Davel; Alcadipani, 2003), há em operação uma racionalidade instrumental predominante nas organizações da sociedade centrada no mercado, produzindo, por consequência, um comportamento humano orientado prioritariamente pelo interesse econômico. Trata-se de observar que as corporações, os Estados e os grandes organismos multilaterais atuantes na pauta da sustentabilidade se estruturam a partir de um modelo que visa ao atendimento das demandas da organização econômica formal

projetada, fundada no cálculo e maximizadora de recursos – o paradigma dominante de organização para a qual servem as teorias e técnicas de gestão (Guerreiro Ramos, 1981).

O mercado é um sistema episódico de caráter utilitário, apenas um enclave do sistema social e não sua totalidade, é uma ordem social calcada em parâmetros de economicidade, capaz de moldar a sociedade, tornando-se um paradigma de organização da vida humana associada (Guerreiro Ramos, 1981). Destaque-se que o mercado vem se beneficiando com o discurso da sustentabilidade desde quando as grandes empresas anteviram sua relevância e mantiveram representantes na Rio 92. Foi justamente em tal evento que os atores empresariais perceberam uma oportunidade de influenciar a agenda global emergente em favor dos seus interesses (Pattberg, 2009), de forma que a década de 1990 foi um marco para a difusão global do DS e, concomitantemente, para a apropriação do debate sobre a questão ambiental em favor do setor empresarial, acentuando a lógica empresarial (Porto-Gonçalves, 2015).

O que diz Porto-Gonçalves (2015) sobre a influência do mercado tem suas raízes na conferência Eco-92. Desde lá, considerando o estado dos negócios humanos na sociedade centrada no mercado (Guerreiro Ramos, 1981) vem sendo engendrado um discurso que tem sido capaz de operar uma inversão no que tange à responsabilidade das empresas sobre a degradação das condições de manutenção da vida. Grandes corporações transnacionais têm, cada vez mais, atuado para serem vistas como essenciais, do ponto de vista da contribuição para resolução dos problemas ambientais do planeta, apregoando a frágil narrativa de um futuro sustentável.

No mesmo ano em que ocorreu a Rio-92, foi fundado o World Business Council Sustainable Development (WBCSD), que publicou o livro *Changing Course: a global business perspective on development and the environment*, tratando da perspectiva empresarial sobre o DS. Logo no primeiro capítulo (*The Business of Sustainable Development*), a narrativa se direciona a como ver as ameaças ambientais de uma perspectiva empresarial, revelando a ideia de que o DS pode ser alcançado seguindo a racionalidade empresarial, ou seja, diminuindo custos e aumentando a competitividade (Schmidheiny, 1995).

Na Rio-92, Maurice Strong, uma liderança empresarial do Canadá, que atuou como Secretário Geral da Cúpula no Rio de Janeiro, foi o responsável pela contratação de Stephan Schmidheiny, um industrial suíço, para coordenar as contribuições empresariais na Rio-92, tornando possível que as empresas figurassem enquanto agentes legítimos para pautar o discurso do DS. A estratégia foi tão bem-sucedida que, ao invés da imagem de causadoras do problema ambiental, ao final da Eco-92, as empresas passaram a ser vistas e incluídas, cada vez mais, como parte da solução (Pattberg, 2009).

Desde então, o discurso da sustentabilidade nas empresas vem se consolidando por meio da atuação de organizações internacionais, algumas sem finalidade lucrativa, das quais participam lideranças empresariais, com núcleos em diversos países do mundo. Ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000, foi sendo engendrado um movimento pró sustentabilidade evocando que a solução para os problemas ambientais adviriam do mercado. Schmidheiny, mais uma vez, foi responsável pela visão que predominou, dessa vez na Rio +10: o mercado operando livremente tem como horizonte o desenvolvimento sustentável (Porto-Gonçalves, 2015,).

Nos anos 2000, a tônica da discursividade do desenvolvimento foi marcada pela Declaração do Milênio, principal resultado da Cúpula da ONU em Nova Iorque. O ponto III trata do desenvolvimento, relacionando-o ao combate à pobreza, tornando suas promessas um consenso que deu origem aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2000). Dentre os oito ODM, destaca-se o sétimo, que visava a garantir a sustentabilidade ambiental, demonstrando, àquela altura, o quanto a temática alcançou inserção na agenda global. A Cúpula Mundial sobre o DS em 2002 consolidou as três dimensões do desenvolvimento sustentável: econômica, social e ambiental. Durante a Rio +20, a despeito da ausência dos principais líderes, chefes de Estado e de governo dos EUA, China, Rússia e União Europeia, a substituição dos ODM foi prevista (Coelho; Coelho; Godoi, 2013).

Um documento intitulado “Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” criou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com vistas à gestão global da sustentabilidade. Em 2015, durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o DS, em Nova Iorque, os ODS substituíram os antigos ODM (Vitale; Santos Neto, 2016), e a concepção da agenda 2030 materializou-se como um consenso internacional para o desenvolvimento, um resultado prático de um processo de governança a partir da ONU. Os ODS são, nessa perspectiva, uma agenda para o futuro, uma renovação-ampliação dos inconclusos ODM, sob o disfarce semântico de Agenda 2030 (Okado; Quinelli, 2016).

O ideário do desenvolvimento foi invadido por consensos, cuja função é extinguir o debate e submeter pessoas que não vislumbram alternativa melhor (Lautier, 2010). Fica a cargo das instituições internacionais a legitimação do consenso: inicialmente pelas Conferências da ONU, com destaque para os ODM e seus sucessores – os ODS. A formação do consenso especificamente em relação ao conceito de DS é ressaltada por Nobre e Amazonas (2002), que criticam sua imprecisão e caráter contraditório.

Os ODS têm funcionado como mecanismo global de coordenação do desenvolvimento sustentável. Diferente dos ODM, que foram essencialmente elaborados dentro do Secretariado da ONU, os ODS foram acordados em uma concertação entre empresas transnacionais, poderes políticos nacionais e organizações internacionais, o que revela estreita ligação entre os poderes político e

econômico (Simões, 2020). Teitelbaum (2010) aponta a prioridade dada às empresas e à gestão dos interesses do grande capital. No âmbito da ONU, as empresas se destacam pela sua posição hegemônica planetária, derivada do seu poderio econômico e financeiro, enquanto governos e estados nacionais, tornam-se cada vez mais reduzidos à gestão do sistema dominante.

As grandes corporações se valem do discurso da sustentabilidade como uma estratégia de higienização, que demonstra eficiência ao atrelar sentidos positivos à sua imagem. O fazem utilizando práticas discursivas cuja função é deslocar os sentidos que aderem a uma imagem de empresa danosa à sociedade, à natureza e ao conjunto de seus trabalhadores, direcionando-os à apresentação de uma imagem mais favorável e socialmente bem aceita - a empresa que pratica responsabilidade social e ambiental, ainda que segundo as regras e mecanismos criados no âmbito do mercado. Trata-se, portanto, de hebetar a irresponsabilidade socioambiental pela via do insustentável discurso da sustentabilidade empresarial (Simões, 2024).

Empresas se utilizam do funcionamento discursivo, não somente para omitir danos e crimes, mas para atenuar a gravidade dos seus impactos nocivos ou mesmo para se auto proclamarem agentes sociais legítimos na luta do ambientalismo (Simões; Cristaldo, 2022). Um exemplo de como a concepção e o estilo de escrita dos relatórios de sustentabilidade de uma grande corporação transnacional dão visibilidade aos dados que sejam positivos à sua imagem ao tempo em que atenuam seus possíveis impactos negativos pode ser visto no trabalho de Simões et al. (2025).

Mais de meio século após a declaração do meio ambiente de Estocolmo, em 1972, a natureza continua sendo tratada a partir de uma racionalidade colonial. Escobar (2000) ressalta a concepção moderno-colonial de natureza: objetificação, separação entre os domínios biofísico, humano e sobrenatural e a sustentação da dicotomia natureza/cultura, que é um fundamento da colonização do saber. Importa pôr em tela, ainda, a posição desigual na distribuição, tanto dos lucros quanto dos resíduos no sistema-mundo moderno-colonial, para o qual a natureza é mercantilizável, em uma lógica que se impõe acima das possibilidades de existência do planeta a partir do predomínio dos países cêntricos sobre a periferia (Porto-Gonçalves, 2015).

O ser humano foi posto acima da natureza por meio de uma oposição dualista: cultura/natureza; sociedade/meio ambiente, que resulta em processos de dominação da natureza, acarretando poluição, mudanças do clima, redução da biodiversidade, injustiças sociais, hierarquização das formas de vida etc. (Ferdinand, 2022). O desastre socioambiental em curso no planeta deriva da ideia de humanidade como algo à parte da natureza (Krenak, 2019). A colonialidade da natureza implica em seu controle e gestão. A ideia de natureza como algo fora da humanidade está contida no conceito ocidental de natureza, em parte concebida como fornecedora de “recursos naturais” para a sobrevivência e geração

do lucro (Mignolo, 2017). Essa colonialidade que afeta a natureza persiste na América Latina, tornada um espaço subalterno, que seguiu sendo expropriado e utilizado por elites dominantes, para fazer face às necessidades de acumulação há mais de 500 anos (Alimonda, 2025).

A natureza vem sendo utilizada pela humanidade consumidora como recurso para os mesmos processos industriais ou extrativistas que a contaminam com seus resíduos, no âmbito de um modelo de progresso baseado no consumo incessante de natureza e subjetividades, (Krenak, 2019), incorrendo na devastação do planeta e na abertura de um fosso monumental entre diferentes povos e sociedades. A ideia de sustentabilidade é, portanto, um mito, uma vaidade pessoal, pois não há nada de sustentável neste mundo da mercadoria e do consumo (Krenak, 2020). Um mundo tratado como um almoxarifado que se encontra em crise ambiental produzida por um pensamento colonial que opõe à cultura a natureza, que padroniza a diversidade e bloqueia alianças afetivas entre os diferentes, onde só o humano age, no qual as demais formas de vida estão subordinadas e os encantados são silenciados (Krenak, 2022).

Os benefícios do desenvolvimento seguem apropriados por uma minoria enquanto riscos ambientais impactam sobremaneira pessoas empobrecidas e grupos étnicos mais despossuídos, que seguem negligenciados tanto por governos quanto pelas grandes corporações (Acselrad et al., 2009). Nesse sentido, a perspectiva interseccional revela como as estratégias discursivas das corporações e a lógica colonial perpetuam desigualdades e operam por meio de sistemas imbricados de poder que articulam raça, classe, gênero e colonialidade. A interseccionalidade demonstra que a “higienização” da imagem corporativa e a mercantilização da sustentabilidade não são neutras: elas reforçam hierarquias que subalternizam grupos já vulnerabilizados por sua posição social, étnico-racial e geopolítica.

Em um contexto de opressão colonial, a epistemologia insubmissa feminista negra decolonial é acionada como uma crítica às narrativas hegemônicas que ignoram as vozes e as experiências daqueles que foram subalternizados (Figueiredo, 2020). Enquanto as empresas se autoproclamam agentes ambientais, suas práticas ignoram como os seus impactos recaem desproporcionalmente sobre mulheres negras, povos indígenas, quilombolas e comunidades periféricas, cujas existências são atravessadas por múltiplas opressões (Collins, Bilge. 2020). Portanto, a “questão ambiental” impacta diferenciadamente países centrais e periféricos, sendo que algumas de suas expressões afetam pessoas da classe trabalhadora, principalmente aquelas marcadas por determinado perfil racial e geográfico (Santos et al., 2022).

Uma vez que as destruições ambientais não afetam todas as pessoas igualmente, importa que a sustentabilidade seja questionada a partir da dupla fratura (colonial e ambiental) da modernidade,

dando espaço para tratar questões raciais, considerando a constituição colonial e escravagista da modernidade. Tal fratura não só distancia os movimentos em luta em favor do meio ambiente e contra o racismo e a colonialidade como serve de barreira para pessoas racializadas e pretas ocuparem espaços na sua produção discursiva e teórica. Os espaços de poder vêm sendo ocupados majoritariamente por homens brancos, nos moldes do colonizador europeu, de sua história e valores, subordinando vidas e territórios de atuais e ex-colonizados (Ferdinand, 2022).

A dominação não se reduz à coerção física, ela se sustenta da fabricação de imaginários que transformam opressões em 'verdades naturais', como alerta Collins (2019). Se ontem eram os estereótipos que legitimavam a exploração dos subalternizados, hoje são os relatórios de sustentabilidade — com jargões como 'neutralidade de carbono' — que apagam o rastro colonial por trás do 'progresso verde'. Desmantelar essas narrativas é parte importante da resistência, na medida em que o poder colonial-capitalista sequestra o próprio sentido do que é racional ou desejável, condenando cosmovisões não ocidentais ao silêncio. A sustentabilidade corporativa, nesse sentido, é herdeira direta do epistemicídio que, por séculos, tratou saberes negros e indígenas como 'primitivos', e segue incapaz de enxergar o ecossistema como sujeito, não como recurso.

Destarte, está posta a convocação a pensar as questões ambientais dando visibilidade à colonização e à escravidão desde a concepção do pensamento ecológico bem como atentando para as lutas contra o racismo e a colonialidade. Como é possível cogitar a possibilidade de um desenvolvimento sustentável esquivando-se de colocar no centro da discussão a questão racial e sem ter como referência povos indígenas, quilombolas e os demais considerados como tradicionais? A quem serve uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, forjada por povos eurocristãos colonialistas, que segue subordinando a natureza ao invés de, como parte dela, aprender com povos tradicionais a como com ela se relacionar?

Um caminho possível começa pela compreensão de recusar a conversão da natureza em recurso ou mercadoria, contrariando a matriz colonialista de poder. É preciso reconhecer, explicitar e atacar a colonialidade que subjaz à sustentabilidade, deslocando para o centro da sua construção as diferentes perspectivas oriundas dos povos para os quais a perspectiva desenvolvimentista colonial subjuga, ataca e destrói (Dos Santos, 2023): os povos agarrados à terra, aqueles que habitam margens, bordas e beiras, seja na África, na Ásia ou na América Latina, dentre eles, os caiçaras, povos indígenas, os quilombolas, os aborígenes (Krenak, 2019, 2020).

Por tudo posto até aqui, é importante que se fortaleça uma produção intelectual capaz de descolonizar o pensamento e dar voz ao subalterno, uma vez que “[...] a produção intelectual é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente” (Spivak, 2014, p.

24). É nesse sentido que Grosfoguel (2008) propõe uma perspectiva epistêmica proveniente do lado subalterno da diferença colonial. Este ensaio, portanto, se estrutura na direção de colaborar com a construção e transmissão de um conhecimento que seja capaz de abordar o DS como produto da colonialidade, pensada para atender às necessidades de um capitalismo ansioso por se manter vivo, forjada a partir do modo histórico moderno-colonial europeu que se considera global.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio apresentou a origem da sustentabilidade, entendendo-a enquanto uma transfiguração do desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade, como produto da colonialidade, pensada para atender às necessidades do capitalismo, forjada a partir do modo histórico moderno-colonial europeu, que se considera global. Defendeu-se que o conceito de desenvolvimento sustentável foi concebido como alternativa à possibilidade de frear ou reduzir o ritmo da acumulação capitalista. A sustentabilidade, então, funciona como uma cortina de fumaça que visa deslocar o foco de atenção da sociedade dos problemas socioambientais que a empresa neoliberal provoca, colocando à frente suas ações no âmbito da chamada responsabilidade socioambiental.

O estudo em tela indicou que a retórica da sustentabilidade tem origem no ideário ocidental do desenvolvimento capitalista. Problematicou-se ainda que a construção da ideia de desenvolvimento, historicamente se interessou e se orientou pelas demandas do mercado sempre a partir dos interesses de exploração do centro em relação à periferia capitalista desde o período pós-SGM. Nesse sentido, destacou-se que as concepções de desenvolvimento e sustentabilidade foram construídas segundo os interesses dos países dominantes. Assim, percebeu-se uma relação de colonialidade histórica que submete os países periféricos ao crivo da concepção e dos critérios de sustentabilidade forjados segundo os interesses de países ricos centrais no capitalismo.

A junção entre sustentabilidade e desenvolvimento, nos moldes atuais, é bastante contraditória e, portanto, falaciosa uma vez que se insere no sistema-mundo cuja lógica de acumulação não permite, de fato, que as dimensões social e ambiental tenham a mesma prioridade da vertente econômica, o que é notório, uma vez que o modo de produção inerente a tal sistema pressupõe um consumo acelerado e destrutivo da natureza.

Destarte, constatou-se que o objetivo central da proclamação da sustentabilidade é a não interrupção do crescimento econômico empresarial, pois o que precisa se tornar duradoura, a todo custo, é a acumulação capitalista ainda que mascarada pelo discurso de sustentabilidade que torna compatíveis, por um recurso discursivo, o crescimento econômico e a preservação da Natureza.

Por fim, identificou-se que, nos moldes do capitalismo neoliberal, enquanto a Natureza é

reduzida à condição de mero recurso nos processos produtivos que sustentam o desenvolvimento capitalista, pela via discursiva, a empresa neoliberal segue apresentando-se como responsável por assegurar a realização de um desenvolvimento sustentável para a manutenção das condições de vida no planeta. O conceito de desenvolvimento sustentável configura-se como condição possível, se e somente se, estiverem, na concepção colonialista, atrelada às atividades empresariais e ratificadas por uma ciência e discursividade do norte global.

Ao refletir sobre a crítica à sustentabilidade, é impossível ignorar as vozes daqueles que, por muito tempo, foram silenciados. A análise da colonialidade nos revela que a sustentabilidade, frequentemente vendida como a panaceia para as crises atuais, é moldada por estruturas de poder que não consideram as realidades de todos os povos, especialmente aqueles que habitam as margens da sociedade. Como destacou Lugones (2008), a colonialidade não se limita à economia, ela penetra corpos e territórios, racializando e generificando experiências.

Nesse sentido, é essencial que as vozes de povos indígenas, quilombolas e outros grupos considerados tradicionais sejam ouvidas, na medida em que essas populações possuem um entendimento íntimo do meio ambiente, um conhecimento que, se escutado, pode enriquecer práticas e políticas públicas. É necessário que a ideia de sustentabilidade seja transformada, estabelecendo um verdadeiro diálogo, no qual vidas, histórias e saberes sejam apenas respeitados, rompendo com a hegemonia eurocêntrica que, como explicam Mignolo (2017) e Quijano (2005), molda a visão de mundo a partir de uma lógica colonial.

O capitalismo, como argumenta Simões (2019), perpetua a exploração incessante de territórios e recursos, e esta realidade deve ser questionada: como é possível crer em sustentabilidade sem confrontar as estruturas que operam em benefício de poucos? Para responder à questão conclusiva e provocativa deste ensaio, recomenda-se que futuras escritas pautem o conceito de desenvolvimento sustentável a partir dos significados e práticas de sujeitos considerados periféricos pelo discurso colonialista do norte global. Que tragam à tona discursos que comprovem a ineficiência dos regulamentos e relatórios institucionais enviesados em perpetuar o domínio liberal que nas diversas esferas sociais e econômicas determinam os modos na relação homem e natureza em todo o mundo.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H; MELLO, C; BEZERRA, G. N. O que é justiça ambiental?. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.
- AROCENA, J. El desarrollo local: un desafío contemporáneo. Uruguay: Taurus - Universidad Católica, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (Org.). Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993a. Cap. 1, p. 11-25.
- ALIMONDA, H. La colonialidad de la naturaleza: Una aproximación a la ecología política latinoamericana. In: Alimonda, Héctor. Descolonizar la naturaleza: por una ecología política latinoamericana: textos reunidos de Héctor Alimonda 1982-2017; compilación de Facundo Martín, Gabriela Merlinsky y Felipe Milanez. 1a ed - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2025. P 311-367.
- CAPOBIANCO, João Paulo. O que podemos esperar da Rio-92?. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 13-17, jan./jun. 1992. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_03.pdf. Acesso em 22 fev. 2025.
- COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima; COELHO, Christiano; GODOI, Christiane Kleinübing. O discurso da sustentabilidade e sua inserção no contexto organizacional. Revista Gestão & Conexões, v. 2, n. 1, p. 147-186, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/5061>. Acesso em 13 mar. 2025.
- COLLINS, P. H. BILGE, S. Tradução: SOUZA, R. Interseccionalidade. 1ª edição. São Paulo: Boitempo. 2020.
- COLLINS, P. H. Pensamento Feminista Negro. Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento. São Paulo: Boitempo. 2019.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ed. da FGV, 1991.
- DAVEL, Eduardo; ALCADIPANI, Rafael. Estudos críticos em administração: a produção científica brasileira nos anos 1990. Revista de Administração de empresas, v. 43, p. 72-85, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/HchdK7Jkv8fT94Xt3ShZqnm/?lang=pt>. Acesso em 2 fev. 2025.
- DOS SANTOS, A. B. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/ Piseagrama, 2023.
- ESCOBAR, A. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿ globalización o postdesarrollo. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Edgardo Lander (comp.) CLACSO. Buenos Aires, p. 135-149, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>. Acesso em 6 jan. 2025.
- ESTEVA, G.; BABONES, S. J.; BABCICKY, P. The future of development: A radical manifesto. Policy Press, 2013.

FERDINAND, Malcom. Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho. Ubu Editora, 2022.

FIGUEIREDO. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. Tempo & Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0102, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102/11455>. Acesso em: 5 abr. 2025.

FLORÊNCIO, A. [et. al.]. Análise do discurso: fundamentos & prática. 1. ed., reimpr. Maceió: EDUFAL, 2016.

FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico. 1ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GROSFOGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N; GROSFOGUEL, R.; (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 55-78.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 80, p 115-147, março. 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em 28 jan. 2025.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. A Nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. Tabula Rasa. Bogotá - Colombia, No.9: 73-101, julio-diciembre 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2025.

Krenak, A. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

Krenak, A. O amanhã não está à venda. São Paulo. Companhia das Letras, 2020.

Krenak, A. Futuro ancestral. São Paulo. Companhia das Letras, 2022.

LAUTIER, Bruno. O Consenso sobre as políticas sociais na américa latina, negação da democracia? Caderno CRH, v 23, n 59, p. 353-368. Salvador, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/hSjznVNG5pbRNVVhp4CxQC/?lang=pt>. Acesso em 9 mar. 2025

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N; GROSFOGUEL, R.; (Orgs.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 27-54.

MIGNOLO, W. D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Revista brasileira de ciências sociais, v. 32, p. e329402, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&>. Acesso em: 2 abr. 2025.

MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Organizações & Sociedade, Salvador, v. 11, n. edição esp., p. 95-113, 2004.

MOREIRA, L. A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável. Orientadora: Maria do Socorro Aguiar Oliveira Cavalcante. 2010. 163 f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010.

MOURA, M. S. S. [ET AL.]. Gestão do Desenvolvimento Local, Tempos e Ritmos de Construção: o que sinalizam as práticas. RAP. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 36, p. 609-626, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6455>. Acesso em 12 jan. 2025.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho (Org.). Desenvolvimento Sustentável: A institucionalização de um conceito. 2 ed. Brasília: Ed. IBAMA, 2002. 368 p.

OLIVEIRA, F. Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local? IN: SPINK, P., et ali (Orgs.). Novos Contornos da Gestão Local: Conceitos em Construção. São Paulo: Polis; Programa Gestão Pública e Cidadania/FGV-EAESP, 2002, pp.11-31.

OKADO, G.; QUINELLI, L. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a "Nova Agenda" das Nações Unidas. Revista Baru: Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, Goiânia, v. 2, n. 2, p. 111-129, 2016. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266>. Acesso em 26 fev. 2025.

OLIVEIRA, J. Empresas na Sociedade: sustentabilidade e responsabilidade social. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. p. 16-30.

ONU. Nações Unidas Declaração do Milênio, 2000. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/publications/declaracao-do-milenio>. Acesso em: 7 fev. 2025.

ORLANDI, E. Análise de discurso: princípios & procedimentos. 12. ed. Campinas, SP: Pontes, 2015.

ORLANDI, E. Paráfrase e polissemia: a fluidez nos limites do simbólico. Rua, v. 4, n. 1, p. 9-20, 1998.

PATTBERG, P. La gouvernance, une simple mode?. In: JACQUET, Pierre; PACHAURI, R.; TUBIANA, L. (dir.). Regards sur la terre: L'annuel du développement durable. Paris: Les Presses Sciences Po., 2009. [Un système à l'épreuve du développement durable. Chapitre 1, p. 83-95]. Disponível em: https://shs.cairn.info/article/SCPO_JACQU_2009_01_0082?tab=premieres-lignes. Acesso em: 16 jan. 2025.

PÊCHEUX, M. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. reimpr. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

POTT, C. M.; ESTRELA, C. C. Histórico ambiental: desastres ambientais e o despertar de um novo pensamento. Estudos Avançados, São Paulo, v. 31, n. 89, p. 271-283, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/pL9zbDbZCwW68Z7PMF5fCdp/?lang=pt&for>. Acesso em: 24 fev. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E., et al. (Ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO, 2005. p. 117-142. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em 4 mar. 2025.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina. *Dispositio*, v. 24, n. 51, p. 137-148, 1999. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41491587>. Acesso em 27 mar. 2025.

SACHS, W. Prólogo: El Diccionario del desarrollo reconsiderado. In: KOTHARI, A., et al. *Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo*. Editorial Abya-Yala, 2019. p. 21-27.

SANTOS, T. Introdução; La corporación multinacional: célula del imperialismo contemporáneo. SANTOS, Theotônio dos. *Imperialismo y dependencia*. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, p. 7-119, 2011.

SANTOS, J.; DA SILVA, E.; DA SILVA, M. Racismo ambiental e desigualdades estruturais no contexto da crise do capital. *Temporalis*, v. 22, n. 43, p. 158-173, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/37789>. Acesso em: 6 jan. 2025.

SCHMIDHEINY, S. Business Council for Sustainable Development (BCSD) Changing course. 1995.

SIMÕES, P. E. M. Fazer dinheiro: o avesso do discurso da sustentabilidade na Vale. Orientadora: Elsa Sousa Kraychete; Coorientador: Sóstenes Ericson Vicente da Silva. 2019. 230 f. Tese (Doutorado) – Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/32136>. Acesso em: 8 dez. 2025.

SIMÕES, P. E. M.; PEREIRA, D. de J.; LIMA, A. B. de; OLIVEIRA, K. C. de. Trajetória 10 anos: questionamentos à sustentabilidade da Vale a partir da análise de informações sociais e ambientais dos seus relatórios de sustentabilidade no período de 2007 a 2016. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, [S. l.], v. 17, n. 3, p. e7730, 2025. DOI: 10.55905/cuadv17n3-034. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7730>. Acesso em: 5 abr. 2025.

SIMÕES, P. E. M.; CRISTALDO, R. C. Análise pêcheutiana do discurso da Braskem face ao crime corporativo em Maceió. *Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades*. Salvador/Recife, v. 47, n. 257, p. 601-628, set./dez. 2022. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/1105/891>. Acesso em: 9 jan. 2025.

SIMÕES, P. E. M. UMA ANÁLISE PÊCHEUTIANA DO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DA SUSTENTABILIDADE NA MINERADORA MULTINACIONAL VALE S/A. *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, v. 11, n. 31, 2024. Disponível em: <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/farol/article/view/7979>. Acesso em: 9 jan. 2025.

SIMÕES, P. E. M. Empresas, Ongs e Estados diante da Governança Privado-Pública do Desenvolvimento Sustentável. *Revista Administración Pública y Sociedad*, Córdoba, jan-jun, 2020. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/apys>. Acesso em: 12 dez. 2024.

SPIVAK, G. *Pode o subalterno falar?*. UFMG, 2014.

TEITELBAUM, A. La armadura del capitalismo: El poder de las sociedades transnacionales en el mundo contemporáneo, España: Editorial Icaria, 2010.

TRUMAN, H. Truman's inaugural address, january 20, 1949. Washington, DC: Library and Museum, 1949. Disponível em: https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm. Acesso em: 04 mar. 2025.

VITALE, D.; SANTOS NETO, M. Da agenda da ONU à produção das Ciências Sociais no Brasil: reflexões sobre desenvolvimento sustentável e povos indígenas. In: IVO, Anete Brito Leal (Org.). A reinvenção do desenvolvimento: agências multilaterais e produção sociológica. Salvador: Edufba, 2016. Cap. 3, p. 105-150.